



8030567

08620.006054/2020-45



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Informação Técnica nº 1/2025/Segat - CR-NE-II/DIT - CR-NE-II/CR-NE-II-FUNAI

Nas datas das assinaturas eletrônicas.

Ao Senhor

Thiago Anacé

Coordenador Regional

Coordenação Regional Nordeste II da Funai

Assunto: impactos do Projeto Santa Quitéria a diferentes povos indígenas no Ceará.

Referência: Processo SEI-Funai nº 08620.006054/2020-45.

1. Trata-se de Informação Técnica que objetiva subsidiar a resposta da Coordenação Regional Nordeste II da Funai ao Ofício nº 660/2024/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 7981329), de 29/12/2024, da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC/DPDS/Funai), que solicita informações sobre a localização das aldeias indígenas Lagoa Seca, Ingá I e II, Lagoa Velha, Lagoa dos Vinutos, Passarinho e Sítio São Manoel para manifestação da fundação indigenista no processo de licenciamento ambiental referente ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (PSQ), proposto pelas empresas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e Fosfatados do Norte-Nordeste S/A (Fosnor), detentora da marca Galvani. Para tanto, apresentamos um breve histórico sobre o processo administrativo que tramita na Funai acerca do referido empreendimento, indicando considerações de mérito que podem contribuir para eventual resposta da CGLIC ao Ofício nº 3/2025/COMIP/CGTEF/DILIC, de 03/01/2025, da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama (SEI nº 8002524), conforme delineamos a seguir.

I - Síntese do processo administrativo referente ao acompanhamento do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria no âmbito da Funai

2. O tema do licenciamento ambiental do PSQ é acompanhado pela fundação indigenista no processo administrativo principal de nº 08620.006054/2020-45. Tal processo foi iniciado com o Ofício nº 503/2020/COMIP/CGTEF/DILIC, de 16/07/2020 (SEI nº 2318006), expediente através do qual o Ibama solicitou manifestação da Funai, em atendimento ao artigo 5º da Portaria Interministerial nº 60/2015, "quanto à definição do conteúdo do Termo de Referência Específico para estudos referentes à possível interferência do empreendimento em terras indígenas".

3. Como resposta, foram produzidas a **Análise Cartográfica nº 782/2020** (SEI nº 2346198) e a **Informação Cartográfica nº 782/2020** (SEI nº 2346205), que consideraram no mapa apenas as Terras Indígenas declaradas (Tapeba e Pitaguary) e a Reserva Indígena Taba dos Anacé (em processo de regularização), localizadas a centenas de quilômetros do município de Santa Quitéria, onde se situa a

Jazida de Itataia (prevista para a exploração pelo PSQ). Destacamos que essa avaliação foi elaborada no ano de 2020, quando a política indigenista, sob a presidência de Jair Bolsonaro, vivia tempos de violência contra povos indígenas, o que se repetia no "passar a boiada" da política ambiental (BRONZ, ZHOURI, CASTRO, 2020).

4. A partir da Análise e da Informação Cartográficas supracitadas, a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental da Funai (CGLIC) também produziu a **Informação Técnica nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI**, de 31/07/2020 (SEI nº 2346134), que evidenciou os seguintes termos:

“3. Informamos que o referido empreendimento encontra-se a mais de 135 (cento e trinta e cinco) km da Terra Indígena Pitaguary, terra indígena mais próxima. Destaque para a distância de 25 km das aldeias mais próximas, fora de terras indígenas, ao sul da Área de Lavra em Estudo. **Foi inserida uma zona de amortecimento de 8 (oito) km a partir do polígono de lavra informado, conforme preconiza a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de Março de 2015, Anexo I, para sua tipologia (empreendimentos pontuais - mineração) e localização (fora da Amazônia Legal).**”

Informação Técnica nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI, de 31/07/2020 (SEI nº 2346134). Destacamos.

5. A mencionada Informação Técnica considerou, portanto, além das Terras Indígenas identificadas e delimitadas pela Funai, a existência de outras aldeias indígenas (localizadas a uma distância de "25 km", "ao sul da Área de Lavra em Estudo"). Contudo, apontou que tais aldeias estariam "fora de terras indígenas" e estabeleceu, ainda, uma contagem da "zona de amortecimento" de 8 km a partir do polígono de lavra informado.

6. Aplicou, desse modo, o entendimento de que a Portaria Interministerial nº 60/2015 se limitaria à proteção de terras indígenas declaradas (caso das Terras Indígenas Tapeba e Pitaguary) e em processo de regularização (caso da Reserva Indígena Taba dos Anacé). Nesse entendimento, não estariam protegidos os povos indígenas independentemente da fase do processo administrativo de regularização fundiária dos territórios que tradicionalmente ocupam, ou seja, independentemente de sua condição de estarem ou não em Terras Indígenas identificadas e delimitadas pela fundação indigenista. Em paralelo, limitou o conceito de afetação ao critério geográfico e linear (estabelecendo que empreendimentos minerários localizados fora da Amazônia Legal só exigiriam a abertura de estudo do componente indígena desde que estivessem a menos de 8 km do polígono de lavra informado) e deixou de avaliar as características específicas da tipologia de mineração prevista pelo PSQ.

7. Em 21/08/2020, a Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da sede da Funai (CGID/DPT-Funai) também elaborou o **Parecer nº 662/2020/COIM/CGID/DPT-FUNAI** (SEI nº 2396192). Nesse expediente, informou que "o empreendimento em tela dista 136,58 km da Terra Indígena (TI) Pitaguary (declarada), área indígena mais próxima" e que "não há registro de reivindicação fundiária indígena, tampouco estudos de identificação e delimitação incidentes no município em análise".

8. Com base em tais documentos (Análise Cartográfica nº 782/2020, Informação Cartográfica nº 782/2020, Informação Técnica nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI e Parecer nº 662/2020/COIM/CGID/DPT-FUNAI), a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da sede da Funai enviou ao Ibama o **Ofício nº 1081/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI** (SEI nº 2431993), de 03/09/2020.

9. Nele, reiterou que a "área indígena mais próxima" à área do empreendimento se encontrava a 25 km de distância (ao sul da área de lavra); que a distância entre o PSQ e a Terra Indígena estava além dos limites previstos no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015 e que, por isso, não se faziam necessários procedimentos específicos relacionados à questão indígena.

10. Após essas manifestações, os povos indígenas se mobilizaram com diversos parceiros e acionaram o Ministério Público Federal (MPF). Em 06/06/2022, este remeteu à Funai, através da Procuradoria da República no Município de Sobral - CE, o **Ofício nº 464/2022-MPF/PRM/Sobral** (SEI nº 4222791), acompanhado da **Recomendação nº 01/2022-MPF/PRM/Sobral**, da mesma data.

11. O expediente - direcionado à Funai, às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ao Ibama e à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) - aponta uma série de necessidades para que haja a regularidade do processo de licenciamento ambiental do PSQ. No tocante à fundação indigenista,

recomenda à CGLIC, especificamente, que contemple todas as aldeias indígenas localizadas na região do empreendimento (independentemente da fase do processo administrativo de regularização fundiária das terras que tradicionalmente ocupam), *in verbis*:

RESOLVE RECOMENDAR

1. À FUNAI, através de sua Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental, Sra. CARLA FONSECA DE AQUINO COSTA: 1.1. Que emita posicionamento acerca do componente indígena do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.014391/2020-17, de forma a contemplar todas as aldeias indígenas localizadas na região do Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS – CR-NE-II/DIT – CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI;
2. Às Indústrias Nucleares do Brasil, através de seu Presidente, Sr. Carlos Freire Moreira: 2.1. Que contemple nos estudos de impacto ambiental do Projeto Santa Quitéria TODAS as aldeias indígenas localizadas na região vizinha ao Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS – CR-NE-II/DIT – CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI; 2.2. Uma vez identificada a possibilidade de impacto a esses povos indígenas que foram invisibilizados inicialmente, que seja providenciado/garantido o direito à consulta prévia, livre e informada;
3. Ao IBAMA, através de seu Diretor de Licenciamento Ambiental, JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE: 3.1. Que determine às Indústrias Nucleares do Brasil – INB a complementação de seu estudo de impacto ambiental, bem como do relatório de impacto ambiental, de modo a contemplar a informação concreta acerca dos impactos a todas as aldeias indígenas existentes no entorno do Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas; 3.2. Que se abstenha de emitir Licença Prévia até que o empreendedor tenha atendido às determinações constantes no item 3.1.
4. À SEMACE, através do Superintendente, Carlos Alberto Mendes, e da Diretora de Proteção e Controle Ambiental (DICOP), Sra. Emanuelle Leitão: 4.1. Que complementem o RELATÓRIO TÉCNICO Nº 1657/2022 – DICOP/GECON, bem como os demais documentos que tratem do componente indígena no processo de licenciamento ambiental nº 01722042/2022, para que TODAS as aldeias indígenas localizadas na região de implantação do sistema adutor que abastecerá o Projeto Santa Quitéria sejam consideradas e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS – CR-NE-II/DIT – CR-NEII/CR-NE-II/FUNAI; 4.2. Uma vez identificada a possibilidade de impacto a esses povos indígenas que foram invisibilizados inicialmente, que seja providenciado/garantido o direito à consulta prévia, livre e informada; 4.3. Que se abstenham de emitir qualquer tipo de licença até que tenham sido atendidas as determinações constantes nos itens 4.1 e 4.2.

Recomendação nº 01/2022-MPF/PRM/Sobral, de 06/06/2022 (SEI 4222791).

12. Três dias após o envio da Recomendação nº 01/2022-MPF/PRM/Sobral, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA) também remeteu à Funai o **Ofício nº 173/2022-CDHC-EFTA/ALECE**, de 09/06/2022 (SEI nº 4209083). O documento encaminhou à ciência da fundação indigenista o **Parecer Técnico "Análise das omissões e das insuficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referentes ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato"**^[1] (SEI nº 4209086) e pediu que ele fosse apreciado pela autarquia por contemplar uma avaliação acerca das matérias ausentes e das incorreções técnicas dos estudos ambientais alusivos ao empreendimento.

13. Todavia, apesar do recebimento da Recomendação nº 01/2022-MPF/PRM/Sobral e do Parecer Técnico supracitado, a Funai respondeu ao Ministério Público Federal reiterando os termos da Informação Cartográfica nº 782/2020 (SEI nº 2346205); silenciando sobre o direito à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e enfatizando a desnecessidade de procedimentos específicos em relação ao componente indígena do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria, conforme demonstram excertos do **Ofício nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI** (SEI nº 4217449), de 22/06/2022, *in verbis*:

[a aldeia] mais próxima é a aldeia Quixaba, da Terra Indígena Serra das Matas - Mundo Novo/Viração, município de Monsenhor Tabosa/CE, **não homologada e em estudo**.

[...]

Assim, considerando-se a necessidade desta Fundação se ater à norma que regulamenta a sua participação nos processos de licenciamento ambiental, e, ainda, que, conforme informação da DPT, o aldeamento mais próximo do empreendimento, independente de situação fundiária, está a mais de 25 km do mesmo, ou seja, mais de três (03) vezes a distância prevista no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/15, não há presunção de impactos nas terras indígenas da região, de forma que não se fazem necessários procedimentos específicos em relação ao componente indígena do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria.

Ofício nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI, de 22/06/2022 (SEI nº 4217449). Destaques no original.

14. Além das comunicações oficiais do MPF e do EFTA, situamos que, em 21/06/2022, o Ibama também noticiou à Funai, através do Ofício nº 317/2022/COMIP/CGTEF/DILIC (SEI nº 4237196), que, durante as audiências públicas realizadas sobre o Projeto Santa Quitéria no período de 07 a 09/06/2022, chegou ao conhecimento da autarquia ambiental a "existência de aldeias indígenas nas Área de Influência Direta e Indireta do Projeto Santa Quitéria, que comporiam a Terra Indígena Serra das Matas das etnias Potyguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapua".

15. A partir disso, solicitou à fundação indigenista a remessa de informações "sobre as Terra Indígenas, aldeias indígenas, grupos indígenas localizados nos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé, Madalena, Sobral e demais municípios do Estado do Ceará, e que façam parte da Área de Influência Direta e Indireta do Projeto Santa Quitéria em processo de Licenciamento Ambiental Federal (Processo nº 02001.014391/2020-17)".

16. O Ibama, portanto, não requisitou dados limitados aos 8 km de distância contados da área da Jazida de Itataia, nem dados limitados a uma das fases do processo de regularização fundiária dos territórios tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas. Ao contrário dessa análise restrita, solicitou informações amplas - referentes às terras, às aldeias e aos grupos indígenas situados nas Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento.

17. Em resposta, a Funai elaborou a **Análise Cartográfica nº 1179/2022** (SEI números 4261427 e 4261430) e a **Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI** (SEI nº 4261484), de 30/06/2022. Os documentos reproduziram os argumentos anteriores quanto às terras indígenas (sinalizando que o Projeto Santa Quitéria se encontra "distante cerca de 136,58 km da terra indígena mais próxima denominada Pituary, com status de Declarada e não Homologada até a presente data"). Mencionaram, ainda, que ele "está localizado a aproximadamente 25,11 km da aldeia Quixaba, 25,31 km da aldeia Sabonete e 28,72 km da aldeia Rajado, sendo essas as mais próximas ao empreendimento".

18. Quanto à análise das Áreas de Influência Direta e Indireta, mantiveram a distância de "08 km a partir do empreendimento, conforme preconiza o Anexo I da Portaria Interministerial nº 60 de 2015", chegando à conclusão de que não teriam sido observadas aldeias ou Terras Indígenas abrangidas por essa área de influência.

19. A Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação (CGID) da fundação indigenista, por sua vez, também elaborou a **Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI** (SEI nº 4297520), de 15/07/2022. O expediente sinalizou que as aldeias mais próximas do Projeto Santa Quitéria eram as Aldeias Sabonete e Quixaba (a aproximadamente 25 Km), mas comunicou que as informações apresentadas não permitiriam identificar a quais áreas reivindicadas ou em estudo tais aldeias pertenceriam.

20. Com subsídio no Parecer Técnico "Análise das omissões e das insuficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referentes ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato", a mesma Informação Técnica da CGID mencionou, paralelamente, evidências de impactos do empreendimento a diferentes municípios no Ceará:

Por outro lado, de acordo com o Parecer Técnico (SEI nº 4209086), elaborado pelo Painel Acadêmico sobre os Riscos da Mineração de Urânio e Fosfato, grupo interdisciplinar de especialistas de diferentes instituições de ensino e pesquisa, autuado no processo em tela:

há evidências de impactos do Projeto Santa Quitéria a municípios como Santa Quitéria, Itatira, Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Tamboril, Catunda, Madalena, Canindé e Sobral. Também há evidências de impactos nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (cujos territórios pretendem ser atravessados pelo transporte do concentrado de urânio). (p. 103).

Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI, de 15/07/2022 (SEI nº 4297520).

21. A partir disso, apontou as Terras Indígenas situadas nesse conjunto de municípios e comunicou as fases dos processos administrativos de regularização fundiária em que se encontram:

O mesmo Parecer Técnico também aponta quais Terras Indígenas estão localizadas nos municípios acima citados (p.103). São elas:

* Terra Indígena Serra das Matas - em estudo de identificação e delimitação

* Terra Indígena Kanindé de Canindé - área reivindicada

* Terra Indígena Karão Jaguaribara - área reivindicada

* Terra Indígena Anacé - em estudo de identificação e delimitação

* Terra Indígena Tapeba - TI declarada (com Portaria Declaratória do Ministério da Justiça)

* Reserva Indígena Taba dos Anacé

Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI, de 15/07/2022 (SEI nº 4297520).

22. Por meio do **Despacho COIM/2022 (SEI nº 4321999)**, de 19/07/2022, a CGID-Funai também complementou a Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI - sinalizando, adicionalmente, as áreas reivindicadas pelos povos indígenas nos municípios onde há evidências de impactos do empreendimento:

Reivindicação da etnia Kanindé denominada **Kanindé de Canindé (Fazenda Gameleira)**, localizada em Canindé-CE, autuada pelo NUP 08620.099390/2015-66 e em qualificação/pendente de análise do processo de reivindicação;

Reivindicação da etnia Kanindé denominada **Kanindé de Aratuba (Sitio Fernandes)**, localizada em Aratuba-CE e Canindé-CE, autuada pelo NUP 08620.099393/2015-08 e em qualificação; e

Reivindicação do Povo Karão Jaguaribara denominada **Karão Jaguaribara**, localizada no município de Canindé/CE, autuada pelo NUP 08087.000372/2019-53, a qual se encontra qualificada.

Despacho COIM/2022, de 19/07/2022 (SEI nº 4321999). Destaques no original.

23. Toda essa documentação (a exemplo da Análise Cartográfica nº 1179/2022, da Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI e do Despacho COIM/2022) foi remetida ao Ibama através do **Ofício nº 429/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 4672213)**, de 11/11/2022.

24. Porém, os novos arquivos produzidos pela fundação indigenista não implicaram em uma alteração do seu entendimento. Manteve-se, assim, a compreensão da inexistência de presunção de impacto do PSQ aos povos e às terras indígenas e, conseqüentemente, da desnecessidade de estudo do componente indígena no processo de licenciamento ambiental. Do mesmo modo, a Funai não sinalizou qualquer análise sobre a relevância do cumprimento do direito à consulta livre, prévia e informada na interface com tais etnias.

25. Diante disso, em 2022, 2023 e 2024, verificamos, pela análise dos arquivos que compõem este processo, que os povos indígenas da Terra Indígena Serra das Matas intensificaram, junto a diferentes instituições públicas (como Ibama, Ministério dos Povos Indígenas, Funai, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União):

a) a denúncia dos impactos do empreendimento aos seus direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e territoriais, com destaque para a contaminação dos solos, das águas, do ar e da biodiversidade local; o comprometimento da saúde física e psíquica; o comprometimento das atividades produtivas e a preocupação

com a disponibilidade hídrica para as comunidades (que, por vezes, recebem carros-pipa para a garantia do abastecimento humano);

b) a denúncia de que tais impactos atingem, além dos povos indígenas, vilas de pescadores/as artesanais, comunidades quilombolas, povos de terreiro e assentamentos de reforma agrária que compartilham o território afetado pela mineração de urânio e fosfato;

c) a denúncia de fragmentação do licenciamento (entre o Ibama e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace) no tocante ao licenciamento de uma parte do PSQ (o sistema adutor que pretende ser utilizado para disponibilizar 855 mil litros de água por hora para o projeto);

d) a denúncia de ausência de análise e integração dos dados do licenciamento nuclear (conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN) no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/Rima) do licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama;

e) a denúncia de ausência de acompanhamento do processo, com base na legislação atualizada, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (com a análise de que está sendo indevidamente utilizada pelo Iphan a Ficha de Caracterização de Atividade e o Termo de Referência que compuseram o processo de licenciamento ambiental anterior, cuja licença ambiental foi negada pelo Ibama em 2019);

f) a denúncia de que as áreas de influência apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto ao Meio Ambiente do Projeto Santa Quitéria (EIA/Rima) estão subdimensionadas - destacando a importância de que a rota de transporte do concentrado de urânio até os portos também seja levada em consideração na avaliação de impactos, inclusive em relação à existência de bacias hidrográficas e de diversas comunidades tradicionais que se localizam ao longo desse percurso;

g) a denúncia sobre a ausência de resposta às Recomendações que compõem o Relatório da Missão Santa Quitéria, realizada pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos^[2] (Resolução nº 28/2022/CNDH);

h) a denúncia de que povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais atingidos pelo PSQ não foram consultados de forma livre, prévia e informada;

i) no caso específico dos povos indígenas, a denúncia de que também não foram realizados estudos de componente indígena e acompanhamento do processo de licenciamento ambiental pela Funai;

j) no caso específico de povos quilombolas, a denúncia de que também não foram realizados estudos de componente quilombola e acompanhamento do processo de licenciamento ambiental pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e

k) a solicitação de imediato arquivamento do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria por ausência de consulta livre, prévia, e informada aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e aos povos e às comunidades tradicionais afetados pelo PSQ.

26. Nesse sentido, demonstram:

a) a "Carta de Urgência e de Clemência para que a Funai reconheça a nossa existência na Terra Indígena Serra das Matas", de 31/10/2023 (encaminhada à CGLIC-Funai e autuada no Processo SEI-Funai nº 08087.001103/2023-91);

b) a Carta encaminhada à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, em abril de 2024, sobre os impactos negativos (de caráter social, ambiental e cultural) causados pelo Complexo Eólico Santa Clara e pelo Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (PSQ) (remetida à fundação indigenista através do Ofício nº 650/2024/CGOUVI/ONDH/MDHC, de 24/05/2024, e autuada no Processo SEI-Funai nº 08620.006892/2024-42);

c) a "Nota de Posicionamento da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará/CONDISI-CE Contra o Consórcio Santa Quitéria" (SEI nº 6496455);

d) a Carta endereçada a diferentes instituições públicas (datada de 09/04/2024) e inserida no Processo SEI-Funai nº 08620.006054/2020-45 através do documento SEI nº 6496480 e

e) a Carta encaminhada ao Ministério dos Povos Indígenas e ao Ministério do Meio Ambiente, em abril de 2024, sobre: e.1) os impactos do PSQ a povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais e e.2) a necessidade de arquivamento do projeto diante da ausência de consulta livre, prévia e informada a tais coletividades (documentos SEI números 6591154 e 8002527).

27. Considerando essa atuação dos povos indígenas, a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental da Funai (CGLIC) solicitou, por meio do **Ofício nº 98/2024/CGLIC/DPDS/FUNAI** (SEI nº 6307559), de 19/02/2024, a realização de nova plotagem, com "atualização da análise técnico cartográfica pela Coordenação-Geral de Geoprocessamento (CGGeo) e posterior atualização da manifestação da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação (CGID), no que se refere a reivindicações fundiárias ou revisão de limites na área de influência do empreendimento".

28. Em resposta, a Coordenação-Geral de Geoprocessamento (CGGeo/DPT/Funai) elaborou a **Informação Técnica nº 539/2024/SECART/COCART/CGGeo/DPT-FUNAI** (SEI nº 6511321), de 17/04/2024. O documento comunicou que "a área do Projeto Santa Quitéria de Exploração de Urânio, localizada no município de Santa Quitéria/CE, dista aproximadamente 136 km da Terra Indígena Pitaguary, Declarada", silenciando quanto às aldeias existentes na área de influência do empreendimento.

29. Em 10/05/2024, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em referência à Carta do Movimento Potigatapuia (SEI nº 6591154), também encaminhou à Presidência da Funai o **Ofício nº 2270/2024/MPI** (SEI nº 6591138). No expediente, solicitou o engajamento e a manifestação das Coordenações Gerais da fundação indigenista "para garantir uma abordagem abrangente e responsiva no processo de licenciamento ambiental" do Projeto Santa Quitéria e para assegurar que todas as etapas do licenciamento fossem conduzidas em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - com a devida consideração, portanto, aos direitos dos povos indígenas afetados.

30. Em retorno, a Funai remeteu àquele Ministério o **Ofício nº 1487/2024/DPDS/FUNAI** (SEI nº 6876898), de 03/07/2024. Na ocasião, pontuou que "as terras indígenas mais próximas do empreendimento estão a mais de 130 km, e a aldeia com localização conhecida mais próxima (da Terra Indígena Serra das Matas) está a mais de três (03) vezes a distância preconizada na PI [Portaria Interministerial] nº 60/15 em relação ao PSQ". Em razão disso, explicou que "não foram solicitadas providências específicas relacionadas ao componente indígena do licenciamento ambiental do empreendimento".

31. Ressaltou, contudo - em consonância com o artigo 3º, §3º, da Portaria Interministerial nº 60/2015 - que a área definida para estudo é a constante no Anexo I, "salvo situações excepcionais decorrentes da especificidade da atividade ou empreendimento ou da sua região de inserção, identificada em comum acordo com o Ibama e em entendimento com o interessado". Diante desse aspecto, solicitou que o Ministério dos Povos Indígenas articulasse as "reuniões sugeridas no item 8 do Ofício nº 342/2024/COIMP/CGTEF/DILIC, remetido pelo Ibama ao MPI em 03/06/2024".

32. Em 18/10/2024, por seu turno, o Ibama renovou à Funai, através do Ofício nº 674/2024/COMIP/CGTEF/DILIC (SEI nº 7620228), a solicitação de análise em relação ao EIA/Rima do PSQ, considerando as revisões e as atualizações que teriam sido feitas pelos

empreendedores quanto aos povos indígenas situados na área de estudo do empreendimento. No expediente, a autarquia ambiental também sinalizou que a manifestação da fundação indigenista deveria "apontar a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento e/ou indicar as medidas ou condicionantes consideradas necessárias" (guardando relação direta com os impactos identificados e sendo acompanhada de justificativa técnica). Paralelamente, encaminhou o Edital para solicitação de audiência pública^[3] e reiterou o pedido de manifestação sobre o EIA/Rima através do Ofício nº 760/2024/COMIP/CGTEF/DILIC, de 13/11/2024 (SEI nº 7773474).

33. No final de dezembro de 2024, a Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação (CGID-Funai), por sua vez, respondeu ao **Ofício nº 98/2024/CGLIC/DPDS/FUNAI** (SEI nº 6307559) através da **Informação Técnica nº 240/2024/COREM/CGID/DPT-FUNAI**, de 31/12/2024 (SEI nº 7997729)^[4]. No documento, reiterou os termos da Informação Técnica nº 116/2022/COREM/CGID/DPT-FUNAI (SEI nº 4297520), indicando as Terras Indígenas (TIs) Mundo Novo/Viração (Serra das Matas) e Anacé (ambas em processo de identificação e delimitação) e denotando que elas "**poderão vir a ser afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento de extração de minério denominado Santa Quitéria**" (destacamos). Além disso, sinalizou mais uma vez que o PSQ "dista cerca de 25 Km das aldeias Sabonete e Quixaba, ambas inseridas no território Serra das Matas".

34. Por fim, em 03/01/2025, o Ibama encaminhou à Funai o **Ofício nº 3/2025/COMIP/CGTEF/DILIC** (SEI nº 8002524). Nele, a autarquia ambiental relembrou que o empreendedor do PSQ afirma que o projeto não se localizaria em Terra Indígena e, com base na Portaria Interministerial nº 60/2015, também não causaria impacto socioambiental direto em Terra Indígena. Lembrou, contudo, que tais informações vêm sendo contestadas por movimentos sociais (em específico pelo Movimento Potigatapuia da Terra Indígena Serra das Matas) e aduziu novamente os termos da Carta enviada pelos povos indígenas, em abril de 2024, ao Ministério do Meio Ambiente (SEI nº 8002527). A partir disso, reiterou a necessidade de "manifestação conclusiva da Funai quanto às informações apresentadas no EIA/Rima, bem como sobre o processo de reconhecimento e/ou homologação da TI Serra das Matas". Em paralelo, propôs reunião técnica entre os/as servidores/as dos dois órgãos com o objetivo de definir a "forma da condução do PSQ em relação ao componente indígena".

35. Até o momento, não houve resposta ao mencionado expediente por parte da Funai, mas, observando as imprecisões do conjunto de manifestações enviadas e reiteradas pela sede da fundação indigenista em sua interlocução com o Ibama entre os anos de 2022 e 2024, apresentamos a seguir - enquanto unidade descentralizada que atende os povos indígenas no estado do Ceará - considerações técnicas fundamentadas no ordenamento jurídico constitucional e nos argumentos compartilhados pelos povos indígenas impactados pelo empreendimento.

II - Diferenças entre o direito à consulta livre, prévia e informada e o estudo de componente indígena no processo de licenciamento ambiental

36. Inicialmente, importa enfatizar que existem dois aspectos a serem avaliados pela Funai no caso concreto:

- a) o **direito à consulta livre, prévia e informada** e
- b) o **estudo do componente indígena no processo de licenciamento ambiental**.

37. O **primeiro** diz respeito à existência dos povos indígenas e às suas formas próprias de organização social, dispondo que esses povos devem ser consultados - mediante procedimentos apropriados e particularmente através de suas instituições representativas - cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, conforme estabelecem o artigo 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, o artigo 19 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o artigo XXIII da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas:

Convenção nº 169 da OIT:**Artigo 6º**

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

(...)

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas:**Artigo 19**

Os Estados consultarão e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem.

Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas:

Artigo XXIII - Participação dos povos indígenas e contribuições dos sistemas legais e de organização indígenas

(...)

2. Os Estados realizarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados por meio de suas instituições representativas antes de adotar e aplicar medidas legislativas ou administrativas que os afetem, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado.

38. Já o **segundo** diz respeito ao **direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, diretamente associado à totalidade do *habitat* das regiões que os povos indígenas ocupam ou utilizam de alguma forma; aos aspectos coletivos (materiais e espirituais) que permeiam a relação das etnias com seus territórios; à capacidade produtiva destes e à possibilidade de existência sadia, segura e sustentável, conforme demonstram os artigos 4º; 7º, §4º, e 13 da Convenção nº 169 da OIT; o artigo 29 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o artigo XIX da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas:

Convenção nº 169 da OIT:**Artigo 4º**

1. Deverão ser adotadas as medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados.

2. Tais medidas especiais não deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente pelos povos interessados.

3. O gozo sem discriminação dos direitos gerais da cidadania não deverá sofrer nenhuma deterioração como consequência dessas medidas especiais.

Artigo 7º

(...)

4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.

Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do *habitat* das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma

outra forma.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas:

Artigo 29

1. Os povos indígenas têm direito à conservação e à proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas para assegurar essa conservação e proteção, sem qualquer discriminação.

(...)

Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas:

Artigo XIX - Direito à proteção do meio ambiente sadio

1. Os povos indígenas têm direito a viver em harmonia com a natureza e a um meio ambiente sadio, seguro e sustentável, condições essenciais para o pleno gozo do direito à vida, a sua espiritualidade e cosmovisão e ao bem-estar coletivo.

2. Os povos indígenas têm direito a conservar, restaurar e proteger o meio ambiente e ao manejo sustentável de suas terras, territórios e recursos.

(...)

4. Os povos indígenas têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação.

39. Em virtude do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e considerando, ainda, o direito dos povos indígenas de realizarem a gestão de seus territórios, o ordenamento jurídico constitucional estabelece a necessidade de que a localização, a instalação, a ampliação e a operação de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores - ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental - tenham seus impactos e riscos avaliados de forma específica e diferenciada, na perspectiva de que sua análise leve em consideração a interface com os direitos dos povos indígenas.

40. Dentro desse escopo, a Portaria Interministerial nº 60/2015 aponta que se presume a intervenção em terra indígena quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental se localizar em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, respeitados os limites do Anexo I.

41. Lembra, contudo, que, em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e em função das especificidades da atividade ou do empreendimento e das peculiaridades locais, tais limites poderão ser alterados, de comum acordo entre o Ibama, o órgão ou a entidade envolvido/a e o empreendedor, conforme dispõe seu artigo 3º, §2º, I, e §3º, *in verbis*:

Portaria Interministerial nº 60/2015:

Art. 3º. No início do procedimento de licenciamento ambiental, o IBAMA deverá, na FCA, solicitar informações do empreendedor sobre possíveis intervenções em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária.

(...)

§ 2º. Para fins do disposto no caput, presume-se a intervenção:

I - em terra indígena, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em terra indígena ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena, respeitados os limites do Anexo I.

(...)

§ 3º. Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e em função das especificidades da atividade ou do empreendimento e das peculiaridades locais, os limites estabelecidos no Anexo I poderão ser alterados, de comum acordo entre o IBAMA, o órgão ou entidade envolvido e o empreendedor.

42. Em respeito ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na sua interrelação com os demais direitos dos povos indígenas e a partir da constatação literal de que **os limites estabelecidos pelo Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015 não são fixos/absolutos** (dependendo das **especificidades** da atividade ou do empreendimento e das **peculiaridades locais** de sua região de inserção), o Ministério Público Federal também denota a relevância de que os processos de licenciamento ambiental abranjam a totalidade dos territórios potencialmente afetados (**excluindo qualquer regulamentação que imponha limites lineares de distância para o reconhecimento de impactos; respeitando as instituições, os usos e os costumes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e reiterando os aspectos materiais e espirituais que permeiam tais relações coletivas**), conforme dispõe o Enunciado nº 48 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (sintonizado com o artigo 7º, parágrafos 1º, 3º e 4º, da Convenção 169 da OIT):

Enunciado nº 48 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF: Todo procedimento ou estudo necessário ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades deve abranger sempre a totalidade dos territórios tradicionais potencialmente afetados, conforme as próprias instituições, usos e costumes dos povos e comunidades que os ocupam. Qualquer regulamentação que imponha limites lineares de distância para o reconhecimento de impacto apenas define parâmetros mínimos para o exercício dos direitos à consulta e à participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *on-line*).

Convenção nº 169 da OIT:

Artigo 7º

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

(...)

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam.

43. Enfatizamos, portanto, que os dois aspectos aqui tratados apresentam contornos distintos e que o **direito à consulta livre, prévia e informada não se confunde com as etapas que compõem o processo de licenciamento ambiental (como a realização de audiências públicas^[5]) e não tem seu conteúdo jurídico adstrito às distâncias estabelecidas no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015.**

44. Ele traduz um direito específico que deve ser aplicado diante de **medidas administrativas ou legislativas que afetem povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais** (respeitando o que tais povos e comunidades avaliam sobre as afetações a partir dos seus distintos modos de vida e organização socioeconômica e política). Além disso, **ocorre na fase de planejamento** (antes de qualquer ato decisório que possa impactá-los), no sentido do que confirmam diferentes decisões judiciais^[6], Notas Técnicas, Enunciados do Ministério Público Federal e pesquisas jurídicas, como as citadas exemplificativamente abaixo:

Nesse passo, a consulta prévia deve ocorrer na **fase do planejamento e antes de qualquer ato decisório** que possa afetar o território, a fim de que as partes se coloquem em diálogo, **com possibilidade de revisão do projeto inicial, inclusive sua não realização.**

Na lição de Duprat (2014), a consulta prévia é de natureza procedimental e deve ser renovada na medida em que se verifiquem informações relacionadas aos estudos dos impactos ambientais que serão sofridos pelos grupos, bem como sobre as medidas propostas para mitigá-los. Nesse contexto, a

consulta pressupõe que nenhuma fase da atividade ou empreendimento se inicie antes que estejam disponíveis todos os dados acerca desses impactos, a fim de que as comunidades possam se posicionar sobre a questão.

(MPPA, MPF, 2023, p. 23). Destacamos.

Como vimos, **o direito à consulta é prévio à elaboração de qualquer projeto, e justamente para que os titulares desse direito possam avaliar se o mesmo os afetará.** Vimos também que **somente eles podem determinar se algo os afeta ou não** e, por fim, vimos que a decisão de um povo ou comunidade tradicional deve ser tomada como palavra final quanto à realização de qualquer projeto ou medida. Assim, desde já adiantamos que só seria possível fazer estudos de impacto ambiental de uma proposta caso povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, dessem seu aceite à realização do mesmo mediante processos de consulta prévia. Assim, **enalteçemos que consulta prévia é uma coisa e licenciamento ambiental é outra coisa, totalmente diferente e condicionada à resposta de povos potencialmente afetados, que é eminentemente vinculante.** Dissolvidos esses (infelizmente comuns) equívocos, passamos a considerações sobre o licenciamento que, reiteramos, é ambiental e, além disso, avalia impactos de acordo com estudos que devem ser feitos mediante critérios epistemológicos obrigatoriamente pactuados conjuntamente com os povos potencialmente afetados para que não se cometa etnocídio (Caporrino, 2019). (CAPORRINO, GIFFONI, 2021, p. 73). Destacamos.

Enunciado nº 29 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal: A consulta prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho é livre, prévia e informada, e realiza-se por meio de um **procedimento dialógico e culturalmente situado**. A consulta **não se restringe a um único ato e deve ser atualizada** toda vez que se apresente um novo aspecto que interfira de forma relevante no panorama anteriormente apresentado.

Criado no XIV Encontro Nacional da 6ª CCR, em 5/12/2014 (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, *on-line*). Destacamos.

45. No caso concreto, observamos que **os povos indígenas informaram que são impactados pelo empreendimento** através de diferentes documentos produzidos e remetidos às instituições do Estado Brasileiro, como verificamos nos arquivos SEI números 5994890, 6496455, 6496480, 6591154, 6656776, 7918692^[7] e descrevemos a seguir.

II.1 - Direito à consulta livre, prévia e informada no caso concreto

46. No regime da economia de visibilidades (TEIXEIRA, ZHOURI, MOTTA, 2021) organizada no âmbito dos licenciamentos ambientais realizados pelo Estado em articulação com corporações, identificamos que os Povos Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia (Terra Indígena Serra das Matas) - assim como Anacé, Karão Jaguaribaras e outros - têm buscado garantir atenção pública para suas existências reivindicando o seu direito de serem reconhecidos nos territórios que ocupam e de serem considerados afetados pelo PSQ.

47. Nesse contexto, tanto o Movimento Potigatapuia quanto o Povo Anacé formularam seus **protocolos de consulta**^[8] em uma tentativa de garantir maior visibilidade e gestão de tais territórios. Em ambos os casos, houve, ainda, o recurso ao **cadastramento de sítios arqueológicos** pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (caso das **Aldeias Quixaba, localizada na Terra Indígena Serra das Matas, e Parnamirim, localizada na Terra Indígena Anacé**), medida que evidencia a longa ocupação indígena nesses locais, demonstrando que os atuais povos são tributários de uma história ancestral. Além disso, a realização de ações diretas, mobilizações, ocupações de espaços públicos e pedidos de reuniões com autoridades também apontam providências levadas a termo por essas etnias na sua busca de serem reconhecidas como afetadas pelo empreendimento.

48. Seja em razão do acesso à água, já escassa na região; seja em virtude da natureza da mineração de urânio, com potencial contaminador muito superior aos limites da Jazida de Itataia; seja em relação às alterações na dinâmica da vida local, com impactos à saúde (inclusive à medicina tradicional), à fauna, à flora, às atividades produtivas, ao patrimônio arqueológico, à educação e ao ordenamento

funditário, a preocupação quanto ao PSQ é uma constante, assim como a identificação das ameaças diretas trazidas pela mineração de urânio e fosfato que se pretende instalar:

É nessa velocidade de destruição que estamos ameaçados pelo **Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato (PSQ)**, proposto pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e pela Fosfatados do Norte-Nordeste S/A (FOSNOR - Galvani).

O PSQ quer produzir anualmente 2.300 toneladas de concentrado de urânio, 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados e 220.000 toneladas de fosfato bicálcico destinadas à energia nuclear e ao agronegócio, outros dois projetos de morte.

Para isso, pretende **dinamitar nossas serras sagradas** por vinte anos, **consumir 855 mil litros de água por hora de nossos açudes e envenenar** nossos morcegos, nossas abelhas, nossos peixes, nossa medicina, nossas cisternas, nossos sítios arqueológicos e nossas famílias com radiações ionizantes que causam **cânceres**, deixando **pilhas de rejeitos radioativos** que seguirão contaminando nossos territórios por milhares de anos.

Também pretende atravessar o estado do Ceará levando esse rastro de destruição até o Porto do Pecém e colocando em risco vários outros territórios originários e bacias hidrográficas.

Tudo isso está em processo de licenciamento ambiental no Ibama (Processo nº 02001.014391/2020-17) e tudo isso está sendo feito como se nós não existíssemos. **Nunca fomos consultados de forma livre, prévia e informada pelo Estado Brasileiro**, como determina a ordem jurídica constitucional.

(MOVIMENTO POTIGATAPUIA, 2024, p. 3-4). (SEI nº 6496480). Destaques no original.

49. A análise das afetações trazidas pelo empreendimento também demonstra - através dos documentos produzidos pelos povos indígenas e de arquivos como o Relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH, 2022) e o Parecer Técnico "Análise das omissões e das insuficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referentes ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato" (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022) - que, além de povos originários, outros povos e comunidades tradicionais (como quilombolas, pescadores/as artesanais, camponeses/as, assentados/as de reforma agrária e povos de terreiro) informam que são diretamente impactados pelo PSQ e solicitam, de forma legítima, que o Estado Brasileiro os consulte de forma livre, prévia e informada a respeito do empreendimento, no sentido do que constatamos nos documentos a seguir:

Carta do Movimento Potigatapuia:

Além de nós, **os outros povos indígenas, as vilas de pescadores artesanais, as comunidades quilombolas, os povos de terreiro e os assentamentos de reforma agrária** com quem compartilhamos o território afetado pela mineração de urânio e fosfato **também não foram consultados**.

(...)

Solicitamos o **imediato arquivamento do processo de licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria** por ausência de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e aos povos e às comunidades tradicionais afetados por esse empreendimento de destruição e morte.

(MOVIMENTO POTIGATAPUIA, 2024a, p. 4-5). (SEI nº 6496480). Destaques no original.

Parecer Técnico do PAINEL Acadêmico sobre os Riscos da Mineração de Urânio e Fosfato:

(...) há evidências de impactos do Projeto Santa Quitéria a municípios como Santa Quitéria, Itatira, Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Tamboril, Catunda, Madalena, Canindé e Sobral. Também há evidências de impactos nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante (cujos territórios pretendem ser atravessados pelo transporte do concentrado de urânio).

Nessa região (e observando-se apenas os municípios supracitados, que nem correspondem a todos os municípios delineados no mapa), verifica-se a existência de, no mínimo:

a) 5 Terras Indígenas:

a.1) a **Terra Indígena Serra das Matas**: tradicionalmente ocupada pelos Povos Tabajara, Potyguara, Gavião e Tubiba-Tapuia; composta de 46 aldeias; localizada nos municípios de Santa Quitéria, Monsenhor Tabosa, Tamboril, Boa Viagem e Catunda e em estudo de identificação e delimitação pela Funai.

a.2) a **Terra Indígena Kanindé de Canindé**: tradicionalmente ocupada pelo Povo Kanindé; composta de uma aldeia; localizada no município de Canindé e em fase de qualificação da demanda fundiária pela Funai.

a.3) a **Terra Indígena Karão Jaguaribara**: tradicionalmente ocupada pelo Povo Karão Jaguaribara; composta de cinco aldeias; localizada nos municípios de Canindé, Aratuba, Baturité e Capistrano e já qualificada pela Funai.

a.4) a **Terra Indígena Anacé**: tradicionalmente ocupada pelo Povo Anacé; composta de 24 aldeias; localizada no município de Caucaia e em estudo de identificação e delimitação pela Funai (instituído pela Portaria nº 1.354, de 16 de outubro de 2018, alterada pela Portaria nº 888, de 28 de junho de 2019).

a.5) a Terra Indígena Tapeba: tradicionalmente ocupada pelo Povo Tapeba; composta de 22 aldeias; localizada no município de Caucaia e declarada de posse permanente do Povo Tapeba através da Portaria Declaratória nº 734, de 31/08/2017, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

b) 1 Reserva Indígena:

b.1) a **Reserva Indígena Tabá dos Anacé** - ocupada pelo Povo Anacé; composta de uma aldeia; localizada no município de Caucaia e instituída em 2018 em virtude do reassentamento de comunidades indígenas Anacé desterritorializadas pelos impactos referentes à instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

c) **8 etnias diferentes** (Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuia, Karão Jaguaribaras, Kanindé, Tapeba e Anacé);

d) **99 aldeias/comunidades indígenas** (considerando-se apenas as aldeias que foram as Terras Indígenas e a Reserva Indígena supracitadas) e

e) **119 terreiros** com, pelo menos, 9 segmentos culturais tradicionais distintos (Umbanda, Candomblé, Omoloko, Jurema, Quimbanda, Linha Cruzada, Umbandomblé, Catimbó e Jeje):

e.1) 3 terreiros no município de Santa Quitéria: Pai João das Matas (Umbanda), Ilê da Oxum (Omoloko), Tenda Yansã dos Ventos e Tranca Rua das Almas (Umbanda) (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA, 2022, p. 204-205);

e.2) 2 terreiros no município de Itatira -CE: Tenda Zé Pilintra e Maria Mulambo (Umbanda) e Mãe Maria Conga (Umbanda) (SDA, 2022, p. 188);

e.3) 9 terreiros no município de Canindé: Templo de Umbanda Príncipe Gerso (Umbanda), Tenda de Umbanda Jorge Guerreiro (Umbanda), Tenda Príncipe Gerso (Umbanda), Jurema das Matas (Jurema), Tenda Santa Bárbara (Umbanda), Terreiro Sagrado de Jurema Caboclo das Matas (Umbanda), Casa do Vira Mundo (Linha Cruzada), C.E.U Elano de Ogum (Umbanda) e Reinado de Mãe Maria Conga e Príncipe Gerso (Umbanda) (SDA, 2022, p. 157-158) e

e.4) 14 terreiros no município de Madalena: Ilê Axé Ti Ifa Tijofu (Candomblé), Tenda de Maria Padilha e Zé Pilintra (Quimbanda), Terreiro do Pinga Fogo (Umbandomblé), Tenda de Zé Pilintra (Umbanda), Tenda Tranca Rua das Almas (Umbanda), Tenda de Ogum General de Brigada e Tranca Rua (Umbanda), Tenda de Exu Veludo e Jurema (Umbanda), Tenda Pomba Gira Cigana (Umbanda), Tenda Ogum General de Brigada (Umbanda), Terreiro do Pai Erlanio (Umbanda), Tenda Espírita Maria Mulambo (Umbanda), Terreiro da Mãe Raimunda (Umbanda), Nego Gerso (Umbanda) e Tenda Espírita Maria Padilha (Umbanda) (SDA, 2022, p. 191-192).

e.5) 24 terreiros no município de Sobral: C.E.U Rei Urubatam da Guia (Umbanda), Terreiro de Ogum (Umbanda), Templo de Umbanda Caboclo 7 Flechas (Umbanda), Casa Príncipe Gerso (Umbanda), Casa José de Ribamar (Umbanda), Ilê Ase Ya Osun e Casa São Sebastião (Umbanda), Terreiro Rei do Oriente (Umbanda), Tenda Príncipe Imperador (Umbanda), Templo de Umbanda Reis da Mansidão e Caboclo Arranca Toco (Umbanda), Tenda de Umbanda Pai Tobias (Umbanda), Tenda de Umbanda de Ogum Mege (Umbanda), Casa de Vira Mundo Pemba (Jurema), Santa Joana D'Arc (Umbanda), C.E.U de Nego Gerso Feiticeiro (Umbanda), Centro de Umbanda Macaia do Caboclo Pena Verde (Umbanda), C.E.U Rei do Tombo e Caboclo Mariana (Umbanda), Tenda da Caboclo 7 Flechas (Umbanda), Casa Zé Pilintra das Almas (Umbanda), Casa Pai Benedito das Cachoeiras (Umbanda), Casa do Ogun, Ilê Ase de Ode Akoeram (Candomblé), C.E.U Ogun Iara (Umbanda), C.E.U Zé Pilintra das Alma (Umbanda) e Terreiro de Jurema Mestre Sibamba (Jurema).

e.6) 67 terreiros no município de Caucaia: Ilê Alaketu Asé Omósèreigbó (Candomblé), Casa Mãe Maria Senhora das Almas (Umbanda), Aie Sango Oba Idara Ina (Jurema), Ilê Ase Abarewa (Candomblé), C.E.U. Mãe Cassiana (Umbanda), Ilê Ase Baru Omolore (Candomblé), C.E.U. Príncipe Gerso e Nego Chico Feiticeiro (Umbanda), Ilê Axe Ayra Intilé (Candomblé), Ilê Ase Iya Omi Otoluefon (Candomblé), Casa de Jurema Mestre Nego Chico (Jurema), Centro Menino Jesus de Praga (Umbanda), Ilê Axe Ya Omi Ari Massun (Candomblé), C.E.U. Caboclo Nego Chico Feiticeiro (Umbanda), Tenda Santa Bárbara (Umbanda), Centro de Umbanda 7 Estrela (Catimbó), Terreiro de Pomba Gira Cigana (Umbanda), Casa de Umbanda Rancho de Trindade (Umbanda), Terreiro do

Nego Gerso (Umbanda), Centro de Umbanda São Sebastião (Umbanda), Templo de Exu (Linha Cruzada), C.E.U. São Sebastião (Umbanda), Centro Espírita Reis Tupinambá (Umbanda), C.E.U. Rainha da Caça (Umbanda), C.E.U. Nego Chico Feiticeiro (Quimbanda), Terreiro de Umbanda Mãe Joana e Nego Gerso (Umbanda), Ilê Yemanjá Sabá (Candomblé), C.E.U. Príncipe Imperial (Umbanda), Centro de Umbanda Nego Gerso (Umbanda), Terreiro de Nego Chico e Mãe Maria (Umbanda), C.E.U. Caboclo Vira Mundo (Umbanda), Casa de Zé Pilintra e Maria Padilha (Umbanda), - Ilê Axe Ayra Oya (Jurema), C.E.U. Tenda Palmeiral dos Índios (Umbanda), C.E.U. Yemanjá Rainha do Mar (Umbanda), Terreiro Quilombo de Oxaguiã (Jeje), Casa do Rei dos Índios (Umbanda), Terreiro Zé Pilintra das Almas (Jurema), Casa do Ogum Beira-mar (Umbanda), C.E.U. Reinado de Exu (Umbanda), C.E.U. Cabocla Mariana (Umbanda), C.E.U. Cabocla Mariana (Umbanda), Casa da Mãe Tete (Linha Cruzada), C.E.U. Zé Pilintra das Almas (Jurema), C.E.U. Caboclo Zé Pilintra (Umbanda), Ilê Axe Agodô (Umbanda), C.E.U. Santa Clara Omoloko (Omoloko), Centro de Umbanda Quimbanda Rei Escangaruçu (Umbanda), Ilê Ase Camurupim (Candomblé), C.E.U. São Sebastião (Linha Cruzada), C.E.U. Caboco Sete Flechas (Umbanda), Centro de Umbanda Rei dos Índios (Umbanda), C.E.U. Corte Real (Umbanda), C.E.U. São Miguel Arcanjo (Jurema), Tenda dos Orixá Caboclo Vira Mundo (Umbanda), C.E.U. Rainha Pomba Gira (Umbanda), Templo de Umbanda e Quibanda 7 Maria (Umbanda), C.E.U. Rainha Yemanjá (Umbanda), Igbasé Tobi Fumi Déjá (Candomblé), C.E.U. Ogum Megê de Santa Bárbara (Linha Cruzada), Centro São Jorge Guerreiro (Umbanda), C.E.U. Casa Reis da Mansidão (Quimbanda), Casa de Jurema Mestre Nego Chico e Caboco 7 Flecha (Jurema), C.E.U. São João Batista (Umbanda), Ilê okim Asé Ominoodo (Candomblé), Tenda Espírita de Umbanda Ogum Beira Mar (Umbanda), C.E.U. Imperador Rei da Turquia (Umbanda e Quimbanda), C.E.U. Nego Chico Feiticeiro e Maria Padilha (Umbanda) e Êra de Pai Benedito (Umbanda).

f) 16 comunidades quilombolas:

- f.1) 1 comunidade quilombola em Canindé: Comunidade Quilombola Benfica (SDA, 2019);
- f.2) 9 comunidades quilombolas em Caucaia: Boqueirão das Araras, Curralinho, Deserto, Serra da Rajada, Serra da Conceição, Serra do Juá, Cercadão do Dicitas, Caetanos e Porteiros (SDA, 2019).
- f.3) 1 comunidade quilombola em Sobral: Quilombo Patriotas (SDA, 2019).
- f.4) 5 comunidades quilombolas em Tamboril: Lagoa das Pedras, Quilombo da Barriguda, Brutos, Torres e Encantados do Bom Jardim (SDA, 2019)

g) **comunidades de pescadores/as**, como a Vila São Cosme (de pescadores/as) e o Assentamento Juá (Agrovila Mata Fresca), situados em Santa Quitéria - CE. Ambos têm a pesca como uma de suas principais atividades produtivas e ocupam a parede do Açude Edson Queiroz, reservatório que pretende abastecer o Projeto Santa Quitéria (SANTANA, 2017).

h) cerca de **156 comunidades camponesas** (parte delas em assentamentos de reforma agrária) apenas em Santa Quitéria e Itatira, conforme demonstram as pesquisas de Melo (2015) e Ribeiro (2016).

Não houve consulta livre, prévia e informada a nenhum destes povos e, no caso de indígenas, quilombolas, povos de terreiro e pescadores, sequer houve estudos de componentes indígenas, quilombolas e tradicionais para o EIA-Rima apresentado.

(PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022, p. 103-106). Destaques no original.

Relatório do CNDH:

Assim como os **povos indígenas**, as **comunidades quilombolas** citadas também poderão ser impactadas direto ou indiretamente pelo PSQ uma vez que seus territórios são cortados pelas rodovias por onde se pretende passar com cargas de materiais radioativos, entre outros aspectos já mencionados anteriormente.

Os **povos de terreiro** também poderão sofrer as consequências do PSQ. Segundo a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA-2022), existem 119 terreiros com, pelo menos, 9 segmentos culturais tradicionais distintos (Umbanda, Candomblé, Omoloko, Jurema, Quimbanda, Linha Cruzada, Umbandomblé, Catimbé e Jeje) nos municípios de Canindé, Madalena, Itatira, Santa Quitéria, Sobral e Caucaia que também estão no raio que poderão sofrer impactos diretos e indiretos do PSQ.

As lideranças dos povos de terreiro salientaram durante a oitava ao CNDH que “nossas espiritualidades, nossos encantados e nossos terreiros sagrados poderão morrer”:

(...)

As/Os pescadoras/es também reivindicaram que poderão ser impactados pelo projeto Santa Quitéria. O representante dos pescadores afirmou que tem 270 pescadoras/es filiados na Colônia Z75, de Santa Quitéria, e que tiram o sustento pescando no Açude Edison Queiroz.

(...)

O representante da colônia disse ainda da preocupação que todos as/os pescadoras/es têm com relação à grande quantidade de água que o PSQ quer retirar do açude para lavar minérios e, se perguntou: “e se o açude secar vamos pescar no seco? e se a água do açude for contaminada, o que vai ser de nossa classe?”

(...)

Entre tantas comunidades, territórios e cidades que poderão ser impactados pelo PSQ, **as comunidades camponesas e assentamentos da Reforma Agrária** que habitam o entorno da mina de Itataia sentem que o perigo está lhes rondando, sempre. O Assentamento Morrinhos, onde aconteceu a oitiva, fica a oeste e a 4,4 km da mina, na direção dos ventos predominantes, além de compartilharem o mesmo riacho, tal como pode ser visto no mapa transcrito em fac-símile abaixo (Tetra Mais, EIA, Vol. III, pág. 217).

(CNDH, 2022, p. 68-70). Destacamos.

50. Não há dúvidas, então, sobre a afetação de tais povos e comunidades pela mineração de urânio e fosfato - inclusive porque eles próprios estão informando publicamente como seus modos de vida e seus territórios são impactados pelo projeto e porque diferentes outros agentes sociais (a exemplo de pesquisadores/as e do Conselho Nacional de Direitos Humanos) sistematizaram, da mesma forma, uma série de documentos que demonstram violações aos direitos dessas coletividades no caso concreto.

51. Observamos, portanto, a existência de um **vício** de origem, considerando que o **direito à consulta livre, prévia e informada não foi aplicado até a presente data**. Diante disso, **consideramos relevante que tal aspecto seja apresentado ao Ibama para avaliação quanto à suspensão do licenciamento ambiental até a realização dos processos de consulta supramencionados**, com as respectivas devolutivas de informação aos/às indígenas.

II.2 - Direito ao estudo de componente indígena no caso concreto

52. Além da necessidade da consulta livre, prévia e informada como primeira medida a ser acionada, importa apontar, ainda, que, especificamente no tocante ao processo de licenciamento ambiental, as **análises sobre o estudo de componente indígena realizadas pela sede da Funai entre os anos de 2020 e 2024 não consideraram aspectos centrais, a exemplo da existência de povos indígenas ao longo do empreendimento (não se limitando aqui à poligonal de lavra), da tipologia do PSQ (mineração de urânio consorciada com fosfato) e do contexto em que o empreendimento está inserido (região semiárida, com pouquíssima disponibilidade hídrica)**. Desse modo, **para possibilitar um retrato mais próximo da realidade dos povos indígenas afetados pelo projeto, sugerimos novas considerações acerca da necessidade do estudo do componente indígena a partir de tais aspectos**.

53. Conforme historicizamos no tópico I deste documento, as Informações Técnicas produzidas e reiteradas pela CGLIC em relação ao caso (como a **IT nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI**, de 31/07/2020 - SEI nº 2346134) **limitam o conceito de afetação a critérios geográficos lineares**. Por esse critério, empreendimentos minerários localizados fora da Amazônia Legal só exigiriam a abertura de estudo do componente indígena desde que estivessem a menos de 8 km do polígono de lavra informado. Tal quesito, todavia, apresenta **dois problemas técnicos**.

54. O **primeiro** deles se refere à **tipologia** do projeto em questão e às **peculiaridades locais da região** em que pretende se inserir. Com efeito, o PSQ não corresponde a um empreendimento minerário qualquer. Ele prevê a exploração da maior jazida de urânio do Brasil (que possui reservas lavráveis totais de 67,95 milhões de toneladas de minério), por vinte anos, com extração de minério através de lavra a céu aberto e um arranjo que pretende contar:

- a) com uma **Instalação Mínero-Industrial** (que contempla a instalação da Mina Itataia, da Unidade de Britagem, da Pilha de Estéril, da Pilha de Fosfogesso e Cal e do restante da Planta de Beneficiamento) e
- b) com uma **Instalação Nuclear** (que contempla a instalação de uma área industrial inserida na Planta de Beneficiamento, denominada Instalação de Urânio, onde pretendem ser executadas, entre outras, as atividades de extração de urânio do

ácido fosfórico e precipitação, com a produção de concentrado de urânio), conforme aponta seu Estudo de Impacto Ambiental (TETRA MAIS, 2023, Volume I, p. 44, 150, 151, 194).

55. A perspectiva da INB e da Fosnor é de que haja a **produção anual de 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados; 220.000 toneladas de fosfato bicálcico e 2.300 toneladas de concentrado de urânio** (TETRA MAIS, 2023, Volume I, p. 206) com o objetivo de atender à produção de energia nuclear e de derivados fosfatados e ração animal para o agronegócio (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022). Para tanto, a fase de operação pretende utilizar 855 metros cúbicos de água por hora (TETRA MAIS, 2023, Volume I, p. 206), o que significam **855 mil litros de água por hora**.

56. Tal demanda (prevista para o **semiárido** do Ceará, **onde as comunidades indígenas já enfrentam problemas incisivos para o abastecimento humano, sendo atendidas em muitas ocasiões através de carros-pipa**) pretende ser suprida pelo Açude Queiroz através da construção de um sistema adutor que planeja transportar a água do referido reservatório até o empreendimento. De acordo com pesquisas formuladas por painel de especialistas, isso comprometerá a disponibilidade e a qualidade/segurança das águas que abastecem diferentes povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de pescadores/as, assentamentos de reforma agrária, povos de terreiro e municípios ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú, podendo atingir, ainda, outras bacias hidrográficas do estado (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022).

57. Embora seja parte fundamental do PSQ, tal sistema adutor está sendo licenciado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), situação também denunciada por aquele painel e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos diante da fragmentação indevida do processo de licenciamento ambiental (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022; CNDH, 2022).

58. A instalação nuclear, do mesmo modo, está sendo licenciada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) sem que haja acesso ao referido processo e sem que seus dados integrem a análise única que deveria ser realizada no âmbito do licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022).

59. Junto ao PSQ, pretendem ser realizadas, ainda, outras grandes obras de intervenção na região no intuito de garantir energia ao empreendimento e acesso rodoviário da Fazenda Itataia até os Portos do Mucuri, em Fortaleza - CE, e do Pecém, em São Gonçalo do Amarante - CE. Embora essas obras anexas sejam fundamentais para a composição do Projeto Santa Quitéria, também estão sendo licenciadas pela Semace. Desse modo, o conjunto de impactos cumulativos e sinérgicos que elas podem causar em associação com a Instalação Mineral-Industrial, a Instalação Nuclear e o Sistema Adutor não compõe a Avaliação de Impacto Ambiental do empreendimento.

60. Cumpre ressaltar, ainda, que a rota de transporte rodoviário prevista para o escoamento anual das 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados; das 220.000 toneladas de fosfato bicálcico e das 2.300 toneladas de concentrado de urânio pretende incluir a CE-366, a BR-020, a BR-222 e a CE-421 - passando, inclusive, por terras indígenas e outros territórios tradicionais e ambientalmente protegidos. Da mesma maneira, isso não está sendo levado em consideração nas áreas de influência do projeto (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022).

61. Trata-se, portanto, de um megaempreendimento previsto para o semiárido do Ceará - de caráter hidroatensivo e com áreas de influência subdimensionadas -, cuja tipologia diz respeito a processo produtivo que envolve a lavra e o beneficiamento de um material radioativo, fonte de emissão de poeiras radioativas que deverão ser liberadas a céu aberto, "incrementando enormemente a contaminação pelos radionuclídeos nas instalações do empreendimento e no seu entorno" (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022. p. 16). Seu potencial de impactos e riscos pode:

a) comprometer severamente as condições hídricas, socioeconômicas e ambientais para a reprodução da vida de diferentes territórios originários, quilombolas e de

povos e comunidades tradicionais (incluindo, ainda, bacias hidrográficas e populações situadas nas zonas urbanas de diversos municípios) e

b) causar processos de contaminação, adoecimento e desterritorialização semelhantes aos já ocorridos na área de mineração de urânio operada pela INB em Caetité - BA (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2011; FIOCRUZ, ENSP, CRIIRAD, EJOLT, 2014; CRIIRAD, 2015), tendo tais consequências acentuadas, ainda, quando se identifica o cenário de mudanças climáticas em curso (PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO, 2022).

62. Considerando essas características, **verificamos o preenchimento das condições necessárias à aplicação do artigo 3º, §3º, da Portaria Interministerial nº 60/2015 e, por conseguinte, a importância de elaboração do estudo de componente indígena no caso concreto** (medida indispensável para avaliar a viabilidade socioambiental do empreendimento).

63. Identificamos, por oportuno, que a **própria Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da sede da Funai (DPDS) reconheceu esse aspecto no Ofício nº 1487/2024/DPDS/FUNAI** (SEI nº 6876898), de 03/07/2024. Entretanto, **atribuiu a terceiros a articulação com o Ibama e a decisão de considerar ou não como afetados os povos indígenas** da Terra Indígena Serra das Matas e das Terras Indígenas situadas ao longo das rodovias em que o concentrado de urânio pretende ser transportado (mesmo que tais povos já tenham apresentado que são impactados pelo empreendimento nas audiências públicas realizadas em 2022, mesmo que eles também já tenham remetido documentos oficiais nesse sentido e mesmo que tais dados constem, inclusive, no processo de licenciamento ambiental do PSQ no Ibama e no processo administrativo em curso na fundação indigenista).

64. O **segundo** problema técnico diz respeito à restrição das áreas de afetação. Ainda que se mantivesse o critério dos 8 km, cumpre questionar a partir de que ponto essa distância é contabilizada. No caso da Informação Técnica nº 151/2020/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI, de 31/07/2020 (SEI nº 2346134), da Análise Cartográfica nº 1179/2022 (SEI números 4261427 e 4261430) e da Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI, de 30/06/2022 (SEI nº 4261484), o ponto inicial foi apenas o "polígono de lavra informado", área inferior à noção de Área Diretamente Afetada (ADA).

65. **Não houve, portanto, uma análise que compreendesse as Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento em relação aos territórios indígenas (como solicitou o Ibama através do Ofício nº 317/2022/COMIP/CGTEF/DILIC, de 21/06/2022 - SEI nº 4237196^[9]), tampouco um exame que aplicasse o disposto no Enunciado nº 48 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e que considerasse, paralelamente, as avaliações ambientais e territoriais dos povos indígenas impactados.**

66. Além disso, até este momento, a **apreciação da sede da Funai em relação a tais territórios originários evidencia dois outros problemas técnicos:**

- a) a restrição do conceito constitucional de áreas tradicionalmente ocupadas e
- b) a desconsideração do caráter declaratório (não constitutivo) do processo de regularização fundiária de uma terra indígena.

67. Assim, os pontos avaliados em relação às Aldeias Quixaba, Sabonete e Rajado correspondem apenas aos locais onde algumas casas dos/as indígenas estão situadas, não à área tradicionalmente ocupada pelos Povos Tabajara, Potiguar, Gavião e Tubiba-Tapuia na Terra Indígena Serra das Matas. Cumpre lembrar, entretanto, que as **áreas tradicionalmente ocupadas não se limitam aos locais de habitação permanente, compreendendo - além deles - aspectos referentes à realização das atividades produtivas, à preservação dos bens ambientais imprescindíveis ao bem-estar e às condições necessárias à reprodução física e cultural das etnias**, conforme dispõe o artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

Artigo 231 da Constituição de 1988:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

68. Além disso:

- a) a avaliação de que as aldeias mais próximas estão em área "não homologada e em estudo" (como menciona o Ofício nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI, de 22/06/2022 - SEI nº 4217449);
- b) o exame de que a Terra Indígena mais próxima ao Projeto Santa Quitéria seria a Pitaguary (como mencionam a Análise Cartográfica nº 1179/2022 (SEI números 4261427 e 4261430) e a Informação Técnica nº 532/2022/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI, de 30/06/2022 - SEI nº 4261484) e
- c) o silenciamento quanto às aldeias que estão na área de influência do empreendimento (como se observa na Informação Técnica nº 539/2024/SECART/COCART/CGGEO/DPT-FUNAI, de 17/04/2024 - SEI nº 6511321) **desconsideram a existência da Terra Indígena (TI) Serra das Matas.**

69. A referida TI (na qual se localizam as Aldeias Quixaba, Sabonete e Rajado, por exemplo) vem sendo estudada pela Funai desde o ano de 2005^[10]. Não há, ainda, conclusão de tais estudos e estabelecimento de linhas que delimitem o perímetro da Terra Indígena. Apesar disso, comunidades indígenas de quatro etnias distintas (Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia) existem nesse território.

70. Lá, organizam uma série de atividades produtivas, festas, torneios, encontros, intercâmbios e assembleias; mantêm locais de memória e referência histórica (como museus comunitários e sítios arqueológicos); contam com escolas indígenas e unidades de saúde indígenas; cultivam processos de promoção da saúde e transmissão intergeracional de conhecimentos (através de grupos de jovens, grupos de espiritualidade, publicação de pesquisas e atuação de rezadeiras, rezadores, benzedeiros, benzedores e parteiras); costuram diferentes projetos de vida (como a retomada da língua *tupi-nheengatu*, a construção de uma Casa de Cura e a implantação de sistemas agroflorestais) e são atendidas pela Coordenação Regional Nordeste II da Funai e pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará - DSEI-CE (vinculado à Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde).

71. Cumpre lembrar, assim, que **o fato de a Terra Indígena Serra das Matas estar em estudo** (para identificação e delimitação de seus limites) **não exclui a existência desses povos, nem os direitos que eles possuem sobre seus territórios**. Nesse sentido, ressaltamos que a legislação brasileira estabelece, na Constituição Federal e no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), o direito originário dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, razão pela qual o processo de demarcação de uma Terra Indígena tem natureza jurídica meramente declaratória (não constitutiva) - informando uma situação jurídica preexistente.

72. Importa situar, em paralelo, que **o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado** (dentro do qual se insere a importância do estudo de componente indígena) **também não está condicionado à realização das etapas administrativas do processo de regularização fundiária de uma terra tradicionalmente ocupada.**

73. Enquanto **direito fundamental** - de **caráter coletivo**, natureza **essencial/prioritária/indisponível** e **aplicação imediata** pelo Estado Brasileiro (conforme dispõe o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 2º, I, da Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente) -, fundamenta-se, no caso dos povos indígenas:

- a) na existência destes enquanto grupos étnicos que têm consciência de suas identidades específicas e diferenciadas e que possuem suas formas próprias de organização social, política, econômica, cultural e espiritual;

- b) na especial proteção dos bens ambientais existentes em seus territórios;
- c) no direito de participarem da utilização, da administração e da conservação desses bens ambientais;
- d) no direito à saúde (inclusive na perspectiva de que não sejam submetidos à exposição a pesticidas ou a outras substâncias tóxicas);
- e) no direito de escolherem suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento (na medida em que ele afete suas vidas, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou utilizam) e
- f) no direito de usufruírem plenamente dos direitos humanos (sem obstáculos e discriminações), conforme evidenciam a Constituição Federal de 1988; a Convenção 169 da OIT; a Declaração Americana Sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

74. Essas existências comprovam-se e devem ser protegidas por si, não são definidas pelo Estado e não podem ser prejudicadas pelo atraso nos processos de regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas, sob pena de que tais povos sejam duplamente vulnerabilizados no exercício de seus direitos fundamentais.

III - Conclusões e sugestões de encaminhamentos

75. Os argumentos sistematizados apresentam um conjunto de questões legais que merecem análise no tocante aos direitos dos povos indígenas na interrelação com a discussão do Projeto Santa Quitéria. Tais questões - de ordem pública - dizem respeito, inicialmente, à necessidade de aplicação de processos de consulta livre, prévia e informada junto às etnias impactadas pelo empreendimento^[11] (não realizados pelo Estado Brasileiro até a presente data).

76. Por essa razão, sugerimos que a Coordenação Regional Nordeste II envie a presente Informação Técnica à Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) e à Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC), solicitando que sejam avaliados os aspectos elencados nos parágrafos acima, especial e primeiramente no que diz respeito ao direito à consulta, livre, prévia e informada. Considerando as normativas internacionais aplicáveis, **a não existência de consulta até este momento já configura grave violação aos direitos humanos dos povos indígenas afetados pelo PSQ, podendo ensejar nulidade no processo de licenciamento ambiental.** Nesse sentido, **uma das medidas possíveis seria a suspensão do licenciamento até que as consultas fossem efetivamente implementadas e avaliadas.**

77. Além desse primeiro aspecto:

- a) observando que as distâncias previstas na Portaria Interministerial nº 60/2015 são um critério para a presunção de impacto (não se revestindo de caráter absoluto e podendo ser redimensionadas a partir da tipologia do empreendimento e das peculiaridades de sua região de inserção);
- b) considerando, também, as características concretas do projeto de mineração de urânio e fosfato em tela e da região semiárida onde ele pretende ser instalado e
- c) verificando, ainda, o conteúdo jurídico dos princípios da precaução e da prevenção que regem o licenciamento ambiental e todo o Direito Ambiental brasileiro, ressaltamos a **importância de que haja estudo de componente indígena no caso concreto - examinando-se os impactos e os riscos do empreendimento aos povos e às terras indígenas não apenas a partir da Área Diretamente Afetada, mas das Áreas de Influência Direta e Indireta do PSQ e apreciando-se, em todos os casos, a perspectiva dos povos indígenas na análise**

de tais impactos e riscos (o que aponta, já neste momento, para a necessidade de uma avaliação crítica sobre a definição dessas áreas - subdimensionadas no atual EIA/Rima entregue pelos empreendedores).

78. Enfatizamos, adicionalmente, que existe **lastro técnico robusto para considerar que os diferentes povos indígenas da Terra Indígena Serra das Matas (Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia) - assim como os Povos Anacé, Karão Jaguaribaras, Kanindé e Tapeba - são afetados** pelo empreendimento. Desse modo, evidenciamos que **a imprescindibilidade do respeito aos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e territoriais dessas etnias independe** - seja no direito à consulta livre, prévia e informada; seja no estudo de componente indígena - **das etapas dos processos de regularização fundiária das terras que tradicionalmente ocupam**.

79. Era o que havíamos a relatar. Colocamo-nos à disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias através do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial e do Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania da Coordenação Regional Nordeste II da Funai.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Luciana Nogueira Nóbrega

Especialista em Indigenismo

Serviço de Gestão Ambiental e Territorial

Coordenação Regional Nordeste II da Funai

(assinado eletronicamente)

Renata Catarina Costa Maia

Especialista em Indigenismo

Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e Cidadania

Coordenação Regional Nordeste II da Funai

80. De acordo. Encaminhe-se à DPDS e à CGLIC, conforme sugerido.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Thiago Anacé

Coordenador Regional

Coordenação Regional Nordeste II da Funai

Referências:

BRONZ, Déborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. Em: *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, número 49, Niterói, 2º quadrimestre de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533>>. Acesso em: 21/01/2025.

CAPORRINO, Bruno Walter; GIFFONI, Johny Fernandes. *Nota Técnica Temática nº 2: Direitos das Populações Indígenas: da consulta prévia e do licenciamento ambiental*. Universidade Federal do Pará.

Belém, 2021, 93 páginas.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH). *Relatório da Missão Santa Quitéria - CE: Violações de direitos humanos na mineração de Urânio*. Consultor *ad hoc*: José Guilherme Carvalho Zagallo. Assessores/as: Livia Alves Dias Ribeiro e Erivan Camelo da Silva. Outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-santa-quiteria-ce1>>. Acesso em: 21/01/2025.

CRIIRAD (*Commission de Recherche et d'Information Indépendantes sur la Radioactivité*). O impacto radiológico da mina de urânio da INB em Caetité (BAHIA/BRASIL). *Relatório Técnico*. Autor: Bruno Chareyron. Tradução: Thomas Nugent. Revisão: Renan Finamore. Valence, 28/01/20215. Versão em inglês disponível em: <<http://goo.gl/og5qoE>>. Acesso em: 30/01/2025.

FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz); ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública); CRIIRAD (*Commission de Recherche et d'Information Indépendantes sur la Radioactivité*), EJOLT (*Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade*). Justiça Ambiental e Mineração de Urânio em Caetité/BA: avaliação crítica da gestão ambiental e dos impactos à saúde da população. *Relatório Preliminar*. Elaboração: Marcelo Firpo de Souza Porto, Renan Finamore e Bruno Chareyron. 11 de abril de 2014. Disponível em: <<https://www.criirad.org/wp-content/uploads/2017/08/relatorio-prelim-fiocruz-CRIIRAD-caetite-11-4-2014.pdf>>. Acesso em: 30/01/2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ). *Nota Técnica nº 02/2023*. Assunto: Limites e condições para a realização de projetos incidentes em terras públicas e territórios tradicionais, tomando por escopo os direitos territoriais a partir dos pressupostos de Direitos Humanos. Elaboração: Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Centro de Apoio Operacional Ambiental. 07/07/2023, 69 páginas. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2023/mercado-carbono-direitos-comunidades-nota-tecnica-mpf-mppa>>. Acesso em: 22/01/2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Enunciados da 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/copy_of_enunciados>. Acesso em: 22/01/2025.

_____. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. *Manual de jurisprudência dos direitos indígenas*. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília: MPF, 2019. 920 páginas.

MOVIMENTO POTIGATAPUIA. *Carta do Movimento Potigatapuia*. Documento endereçado à Presidência da República Federativa do Brasil, ao Ministério dos Povos Indígenas, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, à Secretaria Especial de Saúde Indígena, ao Ministério de Minas e Energia, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao Governo do Estado do Ceará, à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Trabalho, à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Estado do Ceará, ao Grupo de Trabalho Comunidades Indígenas da Defensoria Pública da União, ao Ofício Regional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União no Ceará e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. Terra Indígena Serra das Matas - Ceará, 09/04/2024. 6 páginas. 2024a.

_____. *Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do Movimento Indígena Potigatapuia*. Realização: Movimento Indígena Potigatapuia, Juventude Indígena do Movimento Potigatapuia (Jimp) e Povos Potiguara - Tabajara - Tubiba-Tapuia - Gavião. 50 páginas. Disponível em: <<https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/12/protocolo-POTIGATAPUIA-impresao.pdf>>. Acesso em: 28/01/2025. 2024b.

PAINEL ACADÊMICO SOBRE OS RISCOS DA MINERAÇÃO DE URÂNIO E FOSFATO. Análise das omissões e das insuficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referentes ao Projeto Santa Quitéria de Mineração de Urânio e Fosfato. *Parecer Técnico*. Fortaleza, junho de 2022. 175 páginas.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. *CNDH aponta violação de direitos humanos em Projeto Santa Quitéria*, de exploração de urânio no Ceará. 10 de novembro de 2022. Matéria publicada em:

<<https://www.plataformadh.org.br/relatorias/relatorios/cndh-aponta-violacao-de-direitos-humanos-em-projeto-santa-quiteria-de-exploracao-de-uranio-no-ceara/>>. Acesso em: 21/01/2025.

_____. *Relatório da Missão Caetité: Violações de Direitos Humanos no Ciclo do Nuclear*. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Relatores: Marijane Vieira Lisboa e José Guilherme Carvalho Zagallo. Assessora: Cecília Campello do A. Mello. Agosto de 2011. Disponível em: <https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2019/08/2011_meio_ambiente_mineracao_caetite.pdf>. Acesso em: 30/01/2025.

POVO ANACÉ. *Protocolo de consulta e consentimento prévio, livre e informado do Povo Anacé da Terra Tradicional*. Autoria: Lideranças do Povo Anacé da Terra Tradicional. 28 páginas. Disponível em: <<https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/12/OFICIAL-PROTOCOLO-DE-CONSULTA-E-CONSENTIMENTO-PREVIO-LIVRE-E-INFORMADO-DO-POVO-ANACE-DA-TERRA-TRADICIONAL-copia.pdf>>. Acesso em: 28/01/2025.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 36, n. 105, e3610501, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/CX94xtKJ5HFt6CWs8psVSXC/>>. Acesso em: 28/01/2025.

TETRA MAIS. *Estudo de Impacto Ambiental - Projeto Santa Quitéria*. Volume I. Dezembro de 2023.

[1] O Parecer Técnico, elaborado por um conjunto de especialistas de diferentes universidades que formam o "Painel Acadêmico sobre os Riscos da Mineração de Urânio e Fosfato", veicula uma série de análises sobre o EIA/Rima. Entre elas, sistematiza um capítulo específico a respeito da "ausência de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que podem ser afetados" pelo PSQ, destacando a insuficiência na caracterização da Área Diretamente Afetada e das Áreas de Influência Direta e Indireta do empreendimento. A partir disso, aponta um conjunto de conclusões a serem observadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pelas demais instituições governamentais sobre a regular condução do processo de licenciamento ambiental. O documento é citado pela autarquia ambiental federal como um dos fundamentos para a avaliação produzida no anexo do Parecer Técnico nº 148/2022-Comip/CGTef/Dilic, de 09/12/2022 (SEI números 8002525 e 8002526). Neste último Parecer, destaca-se que a equipe técnica do Ibama, da mesma forma, sintetiza problemas metodológicos e de conteúdo que comprometeram o diagnóstico e a Avaliação de Impacto Ambiental, "em especial no que se refere ao componente socioeconômico (identificação e caracterização de grupos sociais na área de influência do projeto)" (SEI nº 8002526). Considerando tais insuficiências e, em paralelo, as incertezas quanto ao abastecimento de água, o arquivo da referida autarquia conclui que é impossível emitir um "posicionamento definitivo quanto à sustentabilidade ambiental do projeto" e recomenda a devolução do EIA/Rima.

[2] Em 2022, a Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizaram uma Missão em Santa Quitéria - CE e em Fortaleza - CE, procedimento que envolveu visita *in loco* à área onde está situada a Jazida de Itaitia; oitiva de povos e comunidades tradicionais atingidos pelo empreendimento (incluindo indígenas, quilombolas, assentados/as de reforma agrária, pescadores/as artesanais e povos de terreiro), audiência pública e reuniões com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo na capital cearense (DHESCA BRASIL, 2022, *on-line*). O relatório, intitulado "Violações de direitos humanos na mineração de Urânio", constata graves violações de direitos humanos, como: a) o fato de pelo menos oito padrões nacionais de emissão de poluentes e dez padrões de ruído serem ultrapassados pelo PSQ no próprio EIA/Rima; b) a omissão de riscos da dispersão de radiação e de metais pesados; c) a ausência da consideração dos componentes indígena, quilombola e de povos e comunidades tradicionais e d) os riscos ao fornecimento de água para a população (considerando que o empreendimento requer uso intensivo de água em uma região em que a população experimenta a falta dela) (PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2022, *on-line*; CNDH, 2022). A íntegra do documento, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos na 64ª Reunião Ordinária, realizada em novembro de 2022, pode ser consultada em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-santa-quiteria-ce1>>. Acesso em: 21/01/2025.

[3] O Consórcio Santa Quitéria (formado pela INB e pela Fosnor) também remeteu o Rima do empreendimento à Funai por meio do Ofício - PSQ - 01/2024, de 27/11/2024 (SEI nº 7833359).

- [4] As respostas da CGGEO e da CGID ao Ofício nº 98/2024/CGLIC/DPDS/FUNAI foram formalmente encaminhadas à CGLIC através do Ofício nº 26/2025/DPT/FUNAI, de 10/01/2025 (SEI nº 8020448).
- [5] As audiências públicas dos processos de licenciamento ambiental configuram-se como procedimentos de participação da sociedade civil de forma geral e estão previstas na Resolução 01, de 1986; na Resolução 9, de 1987, e na Resolução 237, de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).
- [6] Em relação às decisões judiciais, sugerimos a análise do Manual de Jurisprudência dos Direitos Indígenas elaborado pelo Ministério Público Federal (MPF, 2019).
- [7] Em 06/12/2024, durante o lançamento oficial do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada do Movimento Indígena Potigatapuia - momento no qual estiveram presentes, entre outras instituições, a Coordenação Regional Nordeste II da Funai e a Superintendência Estadual do Ibama no Ceará - os/as indígenas apontaram, de forma direta, que eram impactados/as pelo Projeto Santa Quitéria, informando que estavam realizando uma série de ações de articulação e incidência com o objetivo de denunciarem que o processo de licenciamento ambiental do empreendimento precisa ser arquivado, entre outros aspectos, por ausência de consulta livre, prévia e informada. Um dos encaminhamentos desse espaço foi a necessidade de que a CR-NE-II-Funai apresentasse à Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental da Funai (CGLIC), de forma oficial, as questões e as solicitações apresentadas pelas etnias Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia, o que se faz através da presente Informação Técnica.
- [8] Os protocolos de consulta elaborados (MOVIMENTO POTIGATAPUIA, 2024b; POVO ANACÉ, 2024) podem ser respectivamente verificados em: <<https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/12/protocolo-POTIGATAPUIA-impresao.pdf>> e <<https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/12/OFICIAL-PROTOCOLO-DE-CONSULTA-E-CONSENTIMENTO-PREVIO-LIVRE-E-INFORMADO-DO-POVO-ANACE-DA-TERRA-TRADICIONAL-copia.pdf>>. Acessos em: 28/01/2025.
- [9] No expediente (SEI nº 4237196), reiteramos que a autarquia ambiental federal solicita "informações sobre as Terra Indígenas, aldeias indígenas, grupos indígenas localizadas nos municípios de Santa Quitéria, Itaitaia, Canindé, Madalena, Sobral e demais municípios do Estado do Ceará, e que **façam parte da Área de Influência Direta e Indireta do Projeto Santa Quitéria em processo de Licenciamento Ambiental Federal**" (destacamos).
- [10] Por meio das Portarias números 1138/2005/PRES-FUNAI, 903/2009/PRES-FUNAI e 529/2010/PRES-FUNAI, foram constituídos Grupos Técnicos (GTs), os quais, todavia, não lograram concluir os estudos multidisciplinares necessários à identificação e à delimitação. Assim, em 4 de setembro de 2015, por meio da Portaria nº 851/PRES-FUNAI, constituiu-se novo GT, renovado em 23 de maio de 2023, por meio da Portaria nº 679/PRES-FUNAI. A demora no procedimento, com impactos severos aos direitos dos Povos Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia, também ensejou a abertura de Inquérito Civil Público pelo Ministério Público Federal (IC nº 1.15.004.000035/2020-82).
- [11] Ressaltamos que essa necessidade também diz respeito às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais atingidos, conforme dispõe o ordenamento jurídico constitucional.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Nogueira Nóbrega, Especialista em Indigenismo**, em 31/01/2025, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Catarina Costa Maia, Especialista em Indigenismo**, em 31/01/2025, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Anacé, registrado civilmente como Thiago Halley Santos de Lima, Coordenador(a) Regional**, em 03/02/2025, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8030567** e o código CRC **8DEB2FCE**.

Referência: Processo nº 08620.006054/2020-45

SEI nº 8030567